

Fórum Social Mundial e reflexões sobre o PT-RJ

página 3

Novo estatuto partidário e calendário para 2001

página 4

Os desafios da quinta geração do modo petista de governar

página 5

As "roubadas" da grande paixão nacional

página 6

PT organiza festa dos 21 anos

O Diretório Nacional do PT formou comissão para encaminhar as comemorações dos 21 anos da fundação do Partido, que completa "maioridade" em 10 de fevereiro.

Entre as programações aprovadas pela Comissão está a realização de ato político nacional, no dia 9 de

fevereiro, no Parlatino, em São Paulo. O evento deverá contar com as presenças de governadores, prefeitos, lideranças partidárias e diversas personalidades. Segundo Marcelo Sereno, a Comissão também definiu que os Estados devem comemorar o aniversário do Partido com

atividades/atos regionais. As datas indicativas são o dia 9 ou 10 de fevereiro.

A Comissão já encomendou um cartaz comemorativo e também decidiu realizar concurso de um hino para o PT, além da publicação de um PT Notícias especial sobre o aniversário.

A Comissão, composta

por Joaquim Soriano, Marcelo Sereno, Mônica Valente, Silvio Pereira, Valtor Pomar e Vicente Trevas, volta a se reunir no dia 15 de janeiro.

A edição número 100 do PT Notícias servirá para homenagear e contar a história destes últimos 21 anos do Partido dos Trabalhadores, do Brasil e do mundo.

PT Notícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES



Governos do PT serão vitrines para 2002

O novo milênio começou. E com ele vieram de contrapeso os mesmos dilemas que permearam e definiram o século que terminou. No caso brasileiro, foram recorrentes as denúncias de corrupção, desvios de dinheiro público, corte nos orçamentos para área social, aumento do desemprego, violência e institucionalização do crime organizado.

Mas nem tudo está perdido. No meio de tanta notícia ruim, tanto descaso e falta de respeito, o cidadão/eleitor deu sua resposta. Na eleição municipal de 2000 elegeu 187 prefeitos do Partido dos Trabalhadores (seis de capitais), 131 vice-prefeitos e 2.485 vereadores.

O PT agora administra orçamentos que somam R\$ 20 bilhões. As dez maiores cidades governadas por petistas, onde vivem 20,5 milhões de brasileiros (13,11% da população), detêm orçamento de R\$ 15,2 bilhões.

Ou seja, o eleitor quis iniciar o novo milênio tendo em suas cidades políticas comprometidas com uma administração que vá além do que se convencionou chamar de governo eficiente e honesto: decência, transparência, rigor na coisa pública.

Para Francisco de Oliveira, professor aposentado de sociologia na USP e ex-presidente do Cebrap, a opção do eleitor vai além. "Significa uma crítica poderosa aos rumos neoliberais que vêm sendo predominantes desde a eleição de Collor de Mello, reforçados e elevados à enésima potência pelo desastre Fernando Henrique Cardoso", comenta.

Passada a eleição, a emoção das posses, as primeiras notícias de secretariados e ações administrativas iniciais, na maioria dos casos os prefeitos e prefeitas terão muito trabalho para colocar a casa em ordem, rever o endividamento dos municípios e iniciar programas comprometidos com a melhoria de vida da população.

Primeiros passos

"É fundamental democratizar a gestão pública, governar com honestidade e dar continuidade aos nossos programas sociais, como a experiência de orçamento participativo. No entanto, a agenda das metrópoles envolve o planejamento urbano, os

problemas do trânsito, da poluição, do lixo, das enchentes e o grave problema do desemprego e da violência social. Esta agenda é a que interessa para a disputa nacional e, a partir de nossas respostas, devemos organizar um debate político nacional sobre a responsabilidade do governo federal e do modelo econômico atual no agravamento dos problemas sociais das cidades", comenta o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu.

Para o dirigente petista Luiz Inácio Lula da Silva, "grande parte dos graves problemas do nosso país podem e devem ser enfrentados no nível municipal. A cidade é um espaço decisivo para a ação social. É nela que a articulação do governo com as organizações da sociedade pode se dar de modo prático e efetivo. É nesse plano local que as políticas de saúde, educação, habitação, segurança, transporte, cultura, esportes e outras têm que funcionar de fato para melhorar a qualidade de vida da população".

As novas tarefas do PT "Ao governar boa parte das cidades mais importantes do país, além de três Estados, nosso Partido estará, de certa forma, anunciando como pretende governar o Brasil", opina Dirceu, que acredita que neste momento o PT deva pôr em prática "não apenas nossa política de alianças, nossa governabilidade, mas estabelecer alianças na sociedade com nossa base social e com aliados potenciais na classe média e no empresariado que se opõe à atual política econômica".

Para Dirceu, o Partido deve disputar a agenda nacional a partir "de nossos governos, no parlamento e na ação partidária, pautando a crítica e as alternativas ao modelo econômico neoliberal".

Na opinião do deputado federal Milton Temer (PT-RJ) está "aberto um período de redefinição geral das forças políticas e de disputas de projetos na sociedade brasileira. O projeto alternativo da oposição democrático-popular, que pode ganhar as eleições de 2002, começa pela definição da agenda de temas que vão ocupar o centro do debate político. Essa é a grande batalha de 2001", falou Temer. ■



Grandes desafios para os eleitos

Com exceção das cidades onde o PT conseguiu reeleger o prefeito, na grande maioria dos casos os municípios estão acabados, sem recursos para novos investimentos, com salários do funcionalismo atrasados, dívidas gigantescas, além de vários outros fatores que servem para contribuir para a desgraça geral da população (trânsito caótico, mais crianças do que vagas nas escolas, transporte público sem qualidade, saúde em crise).

Para o secretário de Assuntos Institucionais do DN, Vicente Trevas, a situação das administrações é caótica. De acordo com ele, a cidade de São Paulo serve de exemplo para mostrar como estão as demais prefeituras. "Se a maior cidade do país está acabada, imagine prefeituras menores, com recursos menores. Ainda estamos tentando fechar uma rede de informações atualizadas sobre todas as cidades administradas pelo PT. Mas tem muita prefeitura que até o telefone foi cortado por

falta de pagamento", lamenta o dirigente.

Isso tudo sem contar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que teve sua estréia junto com os novos prefeitos, uma medida facilitadora do pagamento das dívidas públicas interna e externa e que engessa a ação governamental no que se refere ao pagamento da dívida social.

As primeiras semanas dos novos governos estão servindo para que os eleitos e eleitas conheçam a máquina que vão administrar, seus problemas, suas carências e principalmente, o início de novas soluções.

Vicente Trevas informou que quer reunir no dia 28 de janeiro os prefeitos petistas que participarão do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. "Os novos prefeitos já estão tomando pé da situação dos municípios, assim poderemos fazer uma avaliação", disse o secretário petista.

Trevas fez definições de como a LRF vai interferir nas gestões petistas. "São as novas regras do jogo. A Lei

tem um caráter positivo, da responsabilidade, embora o ajuste fiscal vinculado às dívidas milionárias seja complicado para as gestões".

O secretário petista esteve nas cidades paranaenses de Londrina e Maringá, onde pôde conhecer de perto a situação de "descalbro total" das duas prefeituras. "Em Londrina, os fornecedores estão tirando da prefeitura máquinas e equipamentos que não tiveram suas contas pagas", contou, ressaltando que, apesar da "depredação das gestões anteriores", a população está otimista. "As primeiras ações dos prefeitos têm conseguido aumentar a auto-estima dos municípios, com a determinação de que vieram para mudar", disse.

O dirigente nacional destacou a confiança do empresariado, que "nunca teve um projeto econômico local, apenas trambicagem e superfaturamento". Em ambas as cidades, os prefeitos, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, já procuraram os empresários para conversar. "A expectativa dos empresários é que, com o PT, há possibilidade de mudança para valer. Estão cansados dos administradores populistas e demagogos sem projetos consistentes".

"É curioso como a transparência das novas administrações está inclusive nos espaços públicos", observou Trevas, apontando medidas tomadas pelos prefeitos para tornar os prédios acessíveis à população. "Até as persianas das salas estão sendo retiradas para as pessoas verem as equipes trabalhando".

Prefeitos contra a LRF

O secretário de Governo da prefeitura petista do Recife (PE), Múcio Magalhães começou a articular prefeitos da Região Metropolitana da capital pernambucana para debater os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas novas administrações. A idéia do seminário é a de "politizar a discussão sobre a LRF, que engessa as administrações municipais, grande parte endividada pelas gestões anteriores, inviabilizando investimentos em ações sociais e obras estruturadoras", garante o secretário.

Na avaliação da nova administração será a

oportunidade de mostrar aos demais prefeitos os limites da ação que a Lei impõe, e o tratamento igualitário a administrações sérias e não-sérias.

Atodovapor

A prefeitura do Recife realizará também o 1º Seminário de Serviços Públicos da nova gestão petista. Na pauta, constam a discussão da LRF, a revisão dos contratos firmados pela prefeitura na antiga administração e as licitações.

"O objetivo deste seminário é alinhar a administração de forma que os gestores da Secretaria de Serviços Públicos tenham a mesma linguagem e busquem atingir uma única meta", afirmou o secretário de Serviços Públicos, José Ailton Lima. Segundo o secretário, durante o seminário, serão discutidas, detalhadamente, as prioridades dos cem primeiros dias da nova administração municipal. "Nesses primeiros dias, pretendemos negociar com os comércios, com os taxistas e com os responsáveis pelo lixo hospitalar", informou José Ailton.

São Paulo tem remédio

A prefeita de São Paulo, a petista Marta Suplicy, vai ter de comprometer 11% da receita do município para saldar as parcelas da dívida refinanciada com a União. O responsável pelo aumento de 68% do pagamento da dívida é o ex-prefeito Celso Pitta (PTN), que atrasou no ano passado a assinatura do acordo de refinanciamento com o governo federal. Ao atrasar, Pitta comprometeu apenas 7% da receita de 2000 mas repassou um encargo maior para a atual prefeita.

Marta Suplicy desarmou outra arapuca de Pitta assinando decreto que suspendeu o prazo de cinco dias que a prefeitura tinha para responder aos pedidos de isenção fiscal para ISS e IPTU das empresas. Pela lei proposta por Pitta, e aprovada na Câmara nos últimos dias da legislatura passada, caso a Administração Municipal não respondesse no prazo o pedido de isenção seria automaticamente aprovado.

O secretário de Finanças da prefeitura, João Sayad, relatou que a prefeitura se

(continua na página 5)

RECADADO

2001, construindo a vitória em 2002



Bom ano para todos nós, para nosso PT, familiares e amigos, para o nosso povo e particularmente para nossos prefeitos e prefeitas, que têm uma grande responsabilidade pela frente. Que 2001 seja o ano do início do sonho daqueles que se encontrarão em Porto Alegre no Fórum Social Mundial, "um outro mundo é possível".

Nosso partido mudou porque o Brasil tem mudado. Nestas eleições recebemos o apoio de novos setores sociais e a tarefa de governar as mais importantes cidades de nosso país. Nos transformamos num partido de massas, com forte apoio popular e das classes médias, somos uma instituição e vistos como um partido que tem uma filosofia, ética, programas e capacidade de fazer alianças e de governar; que respeita e aceita as propostas, as reivindicações e pressões de seu eleitorado, que é democrático e pluralista: um partido de militância, de luta social e de oposição, de esquerda e socialista.

Quero reiterar o que tenho dito: o que plantamos em 2001, vamos colher em 2002 e temos que ter responsabilidade para entender que somos vigados 24 horas por dia, não só por nossos adversários mas

principalmente por nossos eleitores e filiados.

E não são poucas as tarefas para 2001. Além de governar as cidades, o que não é pouca coisa, temos que preparar o partido para este novo desafio e para seu crescimento político e social, dar continuidade às propostas de reestruturação de nossas principais secretarias e aos programas definidos nos seminários que realizamos, nas áreas vitais da formação política, de comunicação, de finanças e assuntos institucionais, tarefas que suspendemos durante o período eleitoral.

Precisamos estruturar melhor nossa sede, dar continuidade à informatização do partido, concretizar a formação política a longa distância e concluir o cadastramento dos filiados com a nova carteira nacional de filiação. Outra tarefa importante é reorganizar a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais para fazer frente ao desafio de governar, assessorar, avaliar e orientar nossos governos e parlamentares, particularmente nossos vereadores e vereadoras, e produzir políticas públicas.

Precisamos, junto com vários diretórios regionais, preparar e reorganizar o partido em estados onde não temos a organização necessária. Temos que dar uma atenção especial às finanças do partido e à nossa agenda de mobilização e luta social.

É preciso pagar as dívidas da campanha de 2000 e preparar o orçamento de 2001, sem o que não faremos as demais tarefas, principalmente a de reorganizar nossa assessoria de imprensa e dar continuidade à nossa política de comunicação, vital para a batalha política em torno da imagem de nossos governos,

do PT, de nossas propostas e nossa ação como partido de oposição e luta social.

Nossa direção nacional tem um papel importante na articulação da ação de nossos governos e as bancadas na oposição ao Governo FHC. Precisamos dar visibilidade às ações e realizações, tanto de nossos governos como de nossas bancadas, mostrando ao país o que estamos fazendo e o que faremos quando formos governo no Brasil.

Vamos nos preparar para 2002 articulando nossos programas de TV e rádio com os diretórios regionais, realizando pesquisas e dando prioridade "um" a uma política de comunicação.

Começamos o ano com o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, onde teremos uma presença marcante. Nossos governos do Estado e da Capital estão dando todo apoio ao evento e nossas lideranças, começando por Lula e militantes, estarão na linha de frente desta importante manifestação "anti Davos", por um mundo globalizado solidário.

Vamos realizar um grande Ió de Maio e dar todo apoio à agenda de mobilização do Fórum Nacional de Lutas, do MST, da CUI, da Contag, sob as bandeiras do emprego, do salário digno e da reforma agrária.

Conforme decisão de nosso Diretório Nacional, vamos renovar nossas direções no final de 2001, já com um novo Estatuto e realizar prévias para a escolha de nosso candidato à Presidência da República.

Estamos decididos a transformar tanto a prévia como a eleição direta das novas direções num grande debate sobre o nosso programa de

governo e sobre o PT e suas propostas para governar o Brasil. Vamos manter nosso PT como alternativa à coalizão conservadora e ao atual modelo econômico e trabalhar para ter apoio na sociedade para esta proposta.

2002 depende muito de nossa capacidade de fazer uma disputa democrática pelas direções e pelas definições de candidatos e programas, sem perder de vista a necessidade da unidade de ação do partido e nossas tarefas de governo e na mobilização social. Ao mesmo tempo, não podemos nos descuidar quanto à ação de nossos adversários, à oposição aos nossos governos e, principalmente, ao fato de que nossos filiados e eleitores esperam que o PT esteja à altura dos desafios de ser uma alternativa de governo para o Brasil.

Não será fácil a tarefa de construir uma aliança para 2002. A esquerda está dividida, mas mesmo assim nosso PT fez o dever de casa, organizou governos amplos nas cidades onde vencemos e mantêm em nossos governos estaduais o arco de alianças de 98. Precisamos considerar que deverá haver um segundo turno em 2002, quando estaremos então juntos em torno de uma candidatura de oposição e depois governaremos juntos, ou não venceremos.

No dia 10 de fevereiro vamos comemorar a maioria do PT, seus 21 anos, e reafirmar nossos compromissos com um mundo solidário e fraterno, com um Brasil justo e democrático.

José Dirceu é dep federal e presidente nacional do PT

INTERNACIONAL

De Porto Alegre para o mundo

2001 começa muito bem! Em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro, acontecerá o Fórum Social Mundial onde convergirão milhares de representantes de movimentos e organizações sociais para discutir e formular propostas em torno do lema *Um outro mundo é possível!*

Todos os anos, desde 1971, janeiro era o mês em que os ricos do mundo reuniam-se no Fórum Econômico Mundial de Davos para definir as estratégias adequadas à defesa de seus interesses. A partir deste ano, janeiro terá outro significado e será receptáculo de uma agenda alternativa, expressão dos que pensam uma ordem mundial distinta, que inclua os oitenta por cento do planeta que não contam para os palestrantes de Davos.

A convocação para o Fórum Social Mundial teve ampla repercussão e milhares de homens e mulheres virão de todos os continentes para encontrar-se em Porto Alegre e acompanhar debates, discutir políticas, participar das oficinas sobre temas especiais e de eventos como o Fórum Parlamentar Mundial e o Fórum Mundial de Prefeitos.

O Partido dos Trabalhadores tem grande orgulho de governar o Estado e a cidade que serão anfitriões dessa grande iniciativa que promete colocar os alicerces da construção de uma outra ordem social e política fundada em uma visão diferente do processo de globalização/mundialização.

O Partido dos Trabalhadores, tributário dos movimentos sociais que constituem sua base, está mobilizado para contribuir com seus militantes e dirigentes para o sucesso e a continuidade do Fórum Social Mundial.

Na luta pelo aprofundamento da democracia e pela ampliação dos direitos da cidadania, o PT tem um firme compromisso com a construção de novas formas de representação política que permitam uma verdadeira participação popular na formulação e implementação de políticas públicas no plano local, nacional, regional e mundial. O Fórum Social Mundial responde a esses objetivos e constituirá um momento privilegiado para o intercâmbio e a produção de estratégias que enfrentem com eficácia os efeitos perversos das políticas neoliberais. E esse combate deverá atravessar todas as fronteiras (não somente as geográficas) e romper com todos os preconceitos para ser parceiro de uma nova era.

Novas formas de produzir riquezas, de ter acesso a essas riquezas com sustentabilidade, de afirmar a sociedade civil e os espaços públicos e de exercer o poder político e a ética constituem os eixos centrais dos debates em Porto Alegre. Será necessário, também, discutir as novas formas de exercer a soberania, de entender o direito à autodeterminação dos povos, de governar, de legislar e de aplicar justiça. A agenda do futuro do Fórum Social Mundial está em aberto.

A construção de um pensamento e uma prática que desafie com eficácia o predomínio político, econômico e cultural do neoliberalismo é a grande tarefa. Os que imaginaram o "fim da história" e um "pensamento único", na última década do século que já passou, estarão em Davos revisando suas teorias.

Nós estaremos em Porto Alegre. O século começa muito bem!

Ana Stuart é assessora da Secretaria de Relações Internacionais

Taxa Tobin no Fórum Social

A criação do fundo de combate à pobreza e à miséria será uma das principais propostas do Fórum Social Mundial. Os recursos para o fundo virão da taxa Tobin, que incidirá em 1% sobre as transações financeiras.

A taxa Tobin é baseada na ideia do prêmio Nobel de Economia, o norte-americano James Tobin. Segundo a proposta, isso renderia cerca de US\$ 170 bilhões ao ano. Os principais países a receberem ajuda do fundo seriam os localizados na África, Ásia e América Latina.

Durante o Fórum o MST vai lançar campanha contra os transgênicos, defendendo que a semente natural seja transformada em patrimônio da humanidade. Já a Attac/Br (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) vai propor a criação do Dia Internacional de Luta contra o Neoliberalismo. A sugestão é de que o protesto ocorra no equinócio de 2002. Segundo Chico Vicente, da Attac, o equinócio foi escolhido porque nele o dia e a noite são iguais, "apresentando um simbolismo da igualdade que defendemos para a humanidade", acrescentou.

PetroBrax no exterior é estratégia de privatização

O deputado federal petista, Luciano Zica (SP), criticou a insistência da direção da Petrobras em alterar no exterior o nome da estatal para PetroBrax. Para ele, a mudança faz parte de uma estratégia de privatização. Em declarações à Folha de S. Paulo do dia 11 de janeiro, o presidente da Petrobras, Henri Reichstul, diz que vai tentar convencer os políticos de Brasília de que a empresa precisa mudar seu nome no exterior.

"Existe um sentimento nacional de afeição com o nome da empresa", afirma o



parlamentar petista. Reichstul reconhece que abandonou o nome Petrobras no Brasil e um erro político e, principalmente, comercial, mas insiste que "o verde-e-amarelo no exterior não funciona. Não dá para montar postos BR lá fora".

O parlamentar petista lamentou que esta discussão esteja ocorrendo durante o período de recesso no Congresso. "Queremos que o Ministro de Minas e Energias explique a estratégia de mudança e apure as responsabilidades pelos gastos milionários com a comunicação da empresa", diz Zica, referindo-se aos R\$ 200 milhões gastos em 2000 com a área de comunicação da Petrobras.

Discriminação

O presidente da Petrobras também foi criticado pelo

deputado federal Walter Pinheiro (PT-BA). Além da troca de nome da estatal, Reichstul definiu a empresa como "moreninha".

Para Pinheiro, a definição "moreninha" é uma expressão racista que tenta caracterizar que os morenos do Terceiro Mundo estão no mercado periférico. "Ele quer vender a Petrobras como uma empresa ariana", criticou o deputado, defendendo que a "obsessão de Reichstul" em alterar o nome da empresa mereça uma ação mais forte por parte do Ministério Público.

Cartas Cartas

Companheiros

Estou enviando junto a esta carta um desenho feito por minha filha, Raira Suntu de Oliveira. Ela tem seis anos, nascida em 14 de junho de 1994. Está aí o pensamento de uma criança que diz o que ela quer para si e para o país. Acredito que, no ano em que foram comemorados os vinte anos do nosso Partido, seria uma boa resposta ao crescimento do PT. É lógico que o pensamento dela é reflexo do meio em que se encontra. Eu, minha esposa e os avós dela, todos somos petistas. Mesmo assim, não é fácil encontrar uma criança com seis anos se expressando desta forma. Ela desenhou e escreveu tudo sozinha.

Gostaria que houvesse espaço e possibilidade, fosse divulgado no

PT Notícias. Estou copiando e espalhando para amigos e locais onde o Partido possa expor, como no nosso núcleo Estrela Viva, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Por que não promover uma mostra com trabalhos infantis, comemorando os 21 anos do Partido?

Aproveito para parabenizar a todos nós pelo trabalho do Partido nesses 20 anos e que veni a cada eleição sendo reconhecido pelos eleitores, como foi demonstrado neste ano. Apesar do baixo desempenho aqui no Rio, no Brasil a vitória foi grande.

Estamos nos organizando em nosso núcleo para contribuir com o PT no Rio para a solução dos problemas e crescimento do Partido no Estado.

Abraços

Saudações Peristas

Edir Antonio de Oliveira.
Rio de Janeiro (RJ)



PTnotícias

PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu	TIPOGRAFIAÇÃO Alcides Machado
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Orcés Duarte	FOTOS Roberto Parzotti
JORNALISTA RESPONSÁVEL Fernanda Estima MTB 25075	ILUSTRAÇÕES Vicente Mandonga
REDAÇÃO Rosana Ramos, Fernanda Estima, Walter Venturini e Cláudio Cezar Xavier	SEDE Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP CEP 01019-000 Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349
ADMINISTRAÇÃO Ricardo Binbo e Sonia M. N. Pedrosa	e-mail: pnot@pt.org.br Home page: www.pt.org.br Tiragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Artpress

OPINIÃO



Por que o Fórum Social Mundial

O encontro de Porto Alegre proporciona uma oportunidade sem precedentes para a união de forças populares dos mais diversos setores, nos países ricos e pobres.

Após a II Guerra Mundial a integração da economia internacional ("globalização") vem aumentando. No final do século XX, o declínio do período entre-guerras invertiu-se, chegando ao nível anterior à I Guerra em números brutos - volume do comércio relativo ao tamanho da economia global, por exemplo. No entanto, a situação é muito mais complexa.

No período pós-guerra, a integração passou por duas fases: (1) O período de Bretton Woods até o início dos anos 70, quando as taxas de câmbio eram reguladas e havia controle sobre o movimento do capital. (2) O período desde o dismantelamento do sistema Bretton Woods. Estas duas fases são totalmente diferentes. Por bons motivos, muitos economistas referem-se à primeira fase como os "anos dourados" do capitalismo industrial e à segunda como

"anos pesados", quando verifica-se uma nitida deterioração dos índices macroeconômicos no mundo inteiro (taxa de crescimento, produtividade, investimentos, etc.), além de uma crescente desigualdade social.

A segunda fase é normalmente conhecida como "globalização". Esta fase é associada às chamadas políticas neoliberais: ajuste estrutural e "reformas", de acordo com o "consenso de Washington". Estas políticas são aplicadas na maioria dos países do Terceiro Mundo e, desde 1990, foram também implementadas nas "economias de transição" do Leste Europeu. Uma outra versão destas mesmas políticas destina-se aos próprios países industrialmente avançados, mais significativamente aos Estados Unidos e ao Reino Unido.

EUA, crescimento e pobreza

Nos Estados Unidos, o país mais rico do globo, os salários da maioria dos trabalhadores estagnaram ou caíram, as horas de trabalho aumentaram

A maior parte do comércio mundial é, de fato, operada centralmente através de contratos entre grandes empresas

drasticamente, enquanto os benefícios e o sistema de seguridade foram reduzidos. Durante os "anos dourados" os indicadores sociais seguiam o PIB. A partir da metade dos anos 70, estes indicadores vêm declinando regularmente, atingindo índices de 40 anos atrás.

A globalização contemporânea é descrita como uma expansão do "livre comércio", mas tal denominação é enganosa. A maior parte do comércio mundial é, de fato, operada centralmente através de contratos entre grandes empresas. Além disso, há uma forte tendência à formação de oligopólios e de alianças estratégicas entre grandes empresas em muitos setores da economia. Este processo normalmente conta

com amplo apoio do Estado, a fim de socializar os riscos e os custos das empresas. Esta característica tem marcado a economia norte-americana nas últimas décadas.

Os acordos internacionais de "livre comércio" envolvem uma intrincada combinação de liberalização e protecionismo em muitos setores estratégicos, como no caso da indústria farmacêutica, permitindo que mega-corporações arrecadem lucros enormes com o monopólio dos preços de remédios que, por sua vez, foram desenvolvidos com contribuição substancial do setor público. Outra característica importante dos chamados "anos pesados" tem sido a enorme expansão do volume de circulação do capital especulativo de curto prazo, o que limita drasticamente as possibilidades de planejamento dos governos e, conseqüentemente, restringe a soberania popular dentro dos sistemas políticos democráticos.

O "mercantilismo das corporações"

Hoje, a configuração do "comércio" é muito diferente do período

anterior à I Guerra. Grande parte deste comércio consiste em fluxos de manufaturas para os países ricos e é controlado por grandes empresas. Estas práticas, além da constante ameaça das empresas transferirem sua produção de um país para outro, representam uma arma poderosa contra os trabalhadores e contra a própria democracia. O sistema emergente pode ser classificado como "mercantilismo das corporações", onde decisões sobre relações sociais, econômicas e políticas são cada vez mais centradas em instituições privadas sem qualquer mecanismo de controle social. Esta concentração de poder faz lembrar "as ferramentas e os tiranos do governo", na frase memorável de James Madison, alertando para as ameaças à democracia que ele notara há dois séculos.

Era de se esperar que esta segunda fase do período pós-guerra desencadeasse protestos significativos e oposição pública de diversas formas em todo o mundo. O Fórum Social

Mundial proporciona uma oportunidade sem precedentes para a união de forças populares dos mais diversos setores, nos países ricos e pobres, no sentido de desenvolver alternativas construtivas em defesa da esmagadora maioria da população mundial que sofre constante agressão aos direitos humanos fundamentais. Esta é também uma importante oportunidade para avançarmos no sentido de enfraquecer as concentrações ilegítimas de poder e estender os domínios da justiça e da liberdade.

Noam Chomsky

ó linguista e ativista político norte-americano, conhecido também pela profundidade de suas análises e denúncias sobre a "Nova Ordem" e o papel imperialista dos EUA. (Tradução: Beatriz Alves Leandro e Maria

Luiza Mendonça) Cedido pela Biblioteca das Alternativas, da página do Fórum Social Mundial 2001 (www.forumsocialmundial.org.br)

Escrito especialmente para o lançamento do FSM2001 em Porto Alegre, reproduzindo em "Folha de S. Paulo" em 10/09

PT x PT – O que fazer? Reflexões para ajudar a repacturação

A situação em que se encontra o Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro exige que façamos uma séria e profunda reflexão. A partir dela levanto o questionamento sobre o fim do PT enquanto essência, dotado de princípios, programa e doutrina, que permitem a um militante de Aracaju (SE) se intitular petista, assim como um militante de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Foi-se o tempo que tínhamos todos uma marca comum e inconfundível, alicerçada em compromissos e posturas éticas, solidárias e ideológicas.

Atualmente, prevalece a lógica do "vale tudo", desde que consigamos (eu, meu grupo, ou o partido localmente falando) sobreviver. Sobrevivência no sentido da ocupação de espaço, da obtenção de poder material e/ou de poder político. Conduzimos o partido ao nosso bel-prazer, tentando justificar o injustificável com argumentos que causariam arrepios e repulsa a nós mesmos em outras épocas.

Tem quem credite tal

postura ou rumo na construção partidária ao fato de termos galgado a condição de um partido de massa, portanto mais poroso às impurezas de estratégias políticas. Sem querer resgatar argumentos que suscitem nostalgia, afirmo que nosso crescimento reside em dois fatos objetivos, que nossa prática hodierna insiste em torpedear.

O primeiro é o comportamento ético na política, associado a nossa intransigência com a corrupção no trato da coisa pública. O segundo é graças ao sucesso das nossas administrações, que inovam no campo das políticas públicas, asseguram participação popular, são transparentes e conseguem efetivamente proporcionar serviços públicos de qualidade. Se crescemos, foi graças a esses dois fatos que a mídia não consegue abafar.

Ser um partido de massa não significa ser um partido amorfo, chocho, desideologizado. Ao contrário, devemos aproveitar que nos constituímos numa

O debate sobre uma essência petista não pode parecer abstração inútil em tempos de pragmatismo, mas implica que teorizemos sobre compromissos

referência para espreitar valores, princípios, posturas e construir um novo modo de atuar na política e enquanto políticos.

Não é isso que vem ocorrendo. Nossas parcas experiências de exercício de poder no Rio de Janeiro suscitaram trejeitos, disputas fratricidas, arrogâncias e mesmo posturas zéticas, cujas conseqüências nos colocam em xeque enquanto petistas. Chegamos ao estágio de estabelecer uma torcida contra nós mesmos.

A essência partidária esvaiu-se e, com ela, a possibilidade da construção

de um projeto partidário unitário. Claro que não me refiro à ilação do pensamento único, ou a convergência de leituras sobre a conjuntura, mas aos tais valores e posturas que ao longo da história do PT conformaram a nossa mística, nosso jeito de ser e de sermos vistos.

Diversas variantes têm nos colocado na linha do pragmatismo e feito com que nos desfiguremos ética, política e ideologicamente em âmbito interno e externo. Uma delas é a falta de discussões francas e profundas sobre a conduta de pessoas públicas, dirigentes e militantes de ponta do partido. O exercício da crítica é escasso. Prevalece o desejo da execração pública por intermédio da imprensa. Em face disso nossa "roupa suja" vem sendo lavada mal e porcamente, aumentando o esgarçamento das relações humanas e políticas no interior do PT.

Tudo isso fez com que esquecêssemos que conseguimos ser lúdicis, acalentar sonhos, desejos e esperanças que, associados a

uma coerência política, permitiu-nos enfrentar adversários endinheirados, bem articulados com a mídia e com setores empresariais.

Urge, não a instituição PT, mas a cada um de nós resgatar a essência petista. Em outras palavras, fixar parâmetros e limites que possam tortear nosso comportamento individual e enquanto grupo organizado. Qualquer coisa não pode ser a mesma coisa num partido que ainda matre milhões de pessoas com esperanças de transformações sociais fundamentais à materialização da cidadania para todos. É imperioso termos em nossos corações e mentes o mesmo paradigma do que é ser PT.

O debate sobre uma essência petista não pode parecer abstração inútil em tempos de pragmatismos exacerbados, mas implica que teorizemos sobre posturas e compromissos, sem os quais estaremos condenados a perda de nossa identidade partidária. Qualquer esforço de repacturação tem que incorporar essa discussão.

Finalmente, é preciso

destacar as conseqüências danosas que tivemos a partir da aliança com o PDT nas eleições de 1998. Entramos divididos na campanha e nos pulverizamos no Governo. Nossas divergências se agudizaram. Acusações ofensivas substituíram a tão necessária crítica política.

Felizmente nos livramos da farsa Garotinho, e necessitamos, a partir dessa experiência, reestruturarmos o partido. Para fazê-lo é preciso um esforço pessoal, que pressupõe "mea" culpas, debates francos, projeto partidário e a construção de um consenso sobre uma essência petista.

Se não conseguirmos isso, o PT terá acabado em nós e só nos restará de comum a filiação cartorial ao partido. Todo o resto será factual, inconsistente e desprovido de significado histórico e estratégico. Pode ser até que "nossos projetos" prosperem, mas teremos inviabilizado definitivamente o projeto maior de construção de uma Sociedade Socialista.

Artur Messias é deputado estadual/RJ

PARTIDO

Novo estatuto concilia participação e discussão política

O secretário nacional de Organização do PT, Silvío Pereira, considera que o novo estatuto que começou a ser definido na reunião do Diretório Nacional do Partido, que ocorreu de 1º a 3 de dezembro, consegue conciliar a participação ampla com a discussão política aprofundada. Nova reunião da direção nacional petista, a ser realizada entre fevereiro e março do ano que vem, concluirá o estatuto.

"Estamos assistindo o encerramento de um ciclo do PT e o novo ciclo redesenhará a estrutura do Partido", disse Silvío Pereira. Para o secretário de Organização, os dirigentes petistas ainda não se aperceberam que o novo estatuto trará profundas mudanças no PT. "Antes, a direção nacional era escolhida por cerca de 1.500 delegados e agora será escolhida num universo de até 500 mil militantes, fortalecendo as instâncias de base e a ideia de um partido nacional", falou Pereira.

O antigo estatuto estava em vigor desde 1980. O novo estatuto substituirá o



antigo e o regimento interno. A próxima reunião do Diretório Nacional que concluirá a votação do estatuto deverá ocorrer nos dias 10 e 11 de março.

Entre as mudanças já aprovadas do novo estatuto está a eleição direta de todos os dirigentes do PT, tanto para os diretórios municipais e estadual como para o nacional. O primeiro turno será dia 16 de setembro deste ano. O

segundo turno, caso o candidato a presidente não consiga 50% mais um dos votos, será dia 7 de outubro.

Delegados

Todos os filiados do Partido que estejam em dia com suas contribuições poderão votar. A eleição do dia 16 de setembro também escolherá os delegados para os encontros municipais. Na eleição direta, a tese da chapa majoritária passará a ser o texto base para o encontro.

As chapas para a direção e as teses deverão ser inscritas para o plano nacional com 120 dias de antecedência. Para o âmbito estadual, o prazo será de 90 dias e para o municipal, de 60 dias. Para votar, o eleitor terá de estar filiado no Partido pelo menos um ano. Também foi normatizada toda a parte sobre as prévias, que acontecerão quando houver mais de um pré-candidato.

Foram apresentadas 182 emendas e elaboradas cinco versões de anteprojeto de estatuto. Mesmo durante a reunião do Diretório Nacional, outras 50 emendas foram apresentadas.

municipais, regionais e nacional do PT em 1999.

Os filiados podem conseguir a carteira até o momento das votações, desde que estejam em dia com a contribuição partidária. Poderão também obter informações e mesmo solicitar a filiação pelo site do PT na Internet (www.pt.org.br). O pedido de filiação será então encaminhado pela Secretaria Nacional de Organização para o Diretório Municipal da cidade onde mora o solicitante. Os formulários para filiação se encontram à disposição dos interessados nos diretórios municipais do PT em todo o Brasil.

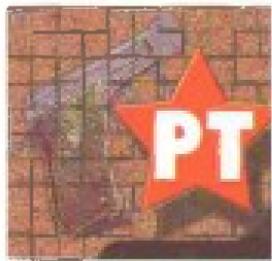
PT quer cadastrar 280 mil carteiras em 2001

O secretário nacional de Organização do PT, Silvío Pereira, disse que a direção nacional do Partido estabeleceu um objetivo de cadastrar este ano 280 mil carteiras de filiados. Atualmente, dos cerca de 800 mil filiados, 96 mil já estão com suas carteiras. A carteira nacional é o documento único do filiado e que permitirá sua participação nas eleições e encontros petistas.

"Queremos resolver problemas até então insolúveis como o estatuto, a carteira e o cadastro nacional de filiados", disse o secretário de Organização. A meta de 280 mil carteiras é baseada em idêntico número de militantes que participaram dos encontros

Violência

Petistas ameaçados de morte



Segundo fontes da Polícia Federal, inquérito instaurado teria levantado "fortes indícios" de um plano para executar o governador petista do Acre, Jorge Viana.

A notícia foi publicada no dia 8 de janeiro pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A Justiça Federal do Acre deve pronunciar-se sobre o caso quando terminar o recesso forense.

A assessoria do governador informou que deve reunir-se com Jorge Viana para definir que providências tomar a respeito. O Ministério Público acreano descobriu

que o plano consistia no assassinato de seis promotores de Justiça do Estado e algumas autoridades, entre elas, o governador, suas filhas e seu pai, o ex-deputado federal Wildy Viana.

A presidente do PT do Espírito Santo, Iriny Lopes, também não vive uma situação tranquila.

Iriny Lopes e Cláudio Vereza, deputado estadual, sofreram várias ameaças de morte desde outubro de 1999, pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado José Carlos Gratz (PFL).

A bancada federal do PT pediu ao Ministro da Justiça, na época José Carlos Dias, segurança da Polícia Federal. Ainda no ano 2000, Iriny recebeu por cinco vezes ameaças por telefone que diziam: "você não tarda por esperar... vocês vão morrer".

Durante a campanha eleitoral um pistoleiro foi

preso em frente à residência de Iriny e outro durante um comício de campanha. A polícia abriu inquérito e somente Iriny permanece com segurança da Polícia Federal durante as 24 horas do dia.

Desde o ano passado Iriny tem todos os seus passos acompanhados por agentes da Polícia Federal.

Delegados de Sergipe, em novembro do ano passado, descobriram um plano para matar o prefeito de Belém, o petista Edmilson Rodrigues.

As ameaças e atentados ocorrem em todas as regiões do país.

O Diretório Nacional do Partido precisou montar um dossiê para relatar ao Ministério Público os vários casos de violência contra políticos do PT.

No final do ano passado foram iniciados debates no Congresso Nacional sobre a violência e as medidas que a Justiça deverá encaminhar para punir os responsáveis.

PT é contra nepotismo apesar das ocorrências

A imprensa nacional divulgou mais dois casos de contratação de parentes em administrações petistas: Campinas, no interior de São Paulo, e Quixadá, no estado do Ceará. No início da semana passada, os jornais noticiaram a nomeação da técnica em enfermagem Luzia Jeanne de Oliveira e Silva, esposa do prefeito petista do Recife, João Paulo, como assessora técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

Na cidade paulista de Campinas, a pedagoga Josiane Búfalo, esposa do novo corregedor da Câmara, o vereador Paulo Búfalo (PT), foi nomeada semana passada pela secretaria de Educação, Corinta Geraldí, para o cargo de coordenadora de Educação Infantil da rede pública municipal.

Josiane é funcionária pública concursada da

prefeitura de Campinas, membro da direção municipal do partido eleita em 1999 e participou da elaboração do programa de governo do PT. Josiane, de acordo com Búfalo, fez parte do Núcleo de Educação petista em Campinas e integra um grupo de estudos de Educação Infantil na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em Quixadá, o prefeito petista Hilário Marques nomeou sua esposa, Raquel Marques, como secretária de duas pastas: Ação Social e Saúde. Assistente social, Rachel ganhará pelas duas secretarias o salário de apenas uma: R\$ 2 mil por mês.

O deputado federal José Genoíno (PT-SP), disse que desaconselha a nomeação de parentes não-concursados por parte de administradores petistas. "No caso da prefeitura do Recife, não vejo

problema, porque a esposa do João Paulo é concursada", ressaltou, lembrando que Luzia Jeanne é servidora federal e foi "requisitada".

Posição do partido

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu, emitiu nota sobre nepotismo na administração pública. De acordo com a nota, "o PT tem combatido e continuará combatendo o nepotismo em todos os lugares em que atua, considerando os critérios éticos, de experiência administrativa e representatividade, como aliás tem sido historicamente a marca da ação petista em nosso país".

O presidente petista afirma que "mesmo havendo atenuantes e justificativas, a orientação do partido é para que não se contrate parentes".

Dirceu emite nota sobre nepotismo

O que é nepotismo?

Há 11 dias nossos prefeitos e prefeitas assumiram as administrações nas cidades onde o povo escolheu o PT. Em muitos casos encontramos uma situação extremamente difícil, com um quadro de abandono dos serviços públicos, corrupção, má gestão do dinheiro e rombos nos cofres públicos.

Embora apreensivos, podemos afirmar com certeza que estamos bastante entusiasmados com o trabalho. Acabamos de assumir e estamos indo bem. Afinal, a expectativa que se tinha era de que o PT fizesse uma limpeza do ponto de vista ético e começasse a reconstruir as cidades, ajustando os cronogramas de implementação de seus projetos sociais, amplamente conhecidos e aprovados por todo o Brasil. E isso nós já estamos fazendo.

Exemplos que estamos iniciando em algumas cidades pela primeira vez, temos muitos, inclusive há várias administrações. Embora nem sempre a imprensa tenha repercutido com muita atenção os

resultados positivos dos governos petistas.

Hoje estamos, mais do que nunca, sob os olhares atentos de toda sociedade, da mídia, dos brasileiros que nos elegeram e dos que não votaram no PT. E existe um motivo para isso: a vitória do PT nessas eleições é fato. O Partido dos Trabalhadores tornou-se definitivamente um partido de massas.

É positivo o papel fiscalizador que se exerce sobre nossa atuação e devemos estar preparados para enfrentar as críticas. Aprender as construtivas, identificar e responder às destrutivas e aos ataques, que já começaram.

Alguns veículos de comunicação vem tentando relacionar o PT com nepotismo. Retomaram casos passados - e totalmente esclarecidos - de acusações que nunca aconteceram. Vale ressaltar que estes esclarecimentos, que também estão nos arquivos destes mesmos veículos, não foram utilizados para que se divulgasse hoje uma matéria completa e independente.

Sobre fatos novos, a imprensa não saiu de Recife,

onde a técnica em enfermagem Luzia Jeanne de Oliveira e Silva, esposa do prefeito João Paulo Lima e Silva, foi nomeada assessora técnica da Secretaria Municipal de Saúde. Luzia é funcionária pública federal concursada há 17 anos e possui vasta experiência profissional na coordenação de programas de saúde da família. E mesmo havendo atenuantes e justificativas, a orientação

do partido é para que não se contrate parentes. A decisão desta contratação é de absoluta e exclusiva responsabilidade do prefeito João Paulo, que a tomou, certamente, com base na avaliação das diretrizes de sua administração e da composição de seu governo.

O PT tem combatido e continuará combatendo o nepotismo em todos os lugares em que atua, considerando os critérios éticos, de experiência administrativa e representatividade, como aliás tem sido historicamente a marca da ação petista em nosso país.

José Dirceu
presidente nacional do PT

Alteração na Direção Nacional

A próxima reunião do Diretório Nacional deverá discutir a substituição do secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia, e do secretário geral do DN, Arlindo Chinaglia, que assumiram a secretaria de Cultura e de Implantação das Sub-Prefeituras, respectivamente, na administração da cidade de São Paulo.

CONTINUAÇÃO CAPA

prepara para viabilizar o cumprimento de 20% dos objetivos do Programa de Renda Mínima este ano. Ao todo, a Administração Municipal teria condições de bancar 80% do objetivo inicial do programa, que é de atender 308 mil famílias em quatro anos.

"Conversei com o Márcio Pochman (coordenador de Programas Sociais da Prefeitura) e ele achou razoável o valor para o Renda Mínima", falou Sayad. Para cumprir 20% dos objetivos do programa, a Prefeitura terá de desembolsar R\$ 60 milhões. Sayad também disse que a prefeitura tentará todas as formas possíveis previstas na legislação para conseguir aportes financeiros dos governos federal e estadual para os programas sociais.

A retirada do apoio da Força Sindical aos projetos sociais da Prefeitura de São Paulo foi criticada por Sayad. A Força Sindical se recusou a coordenar o Programa Começar de Novo, de requalificação profissional para trabalhadores com idade superior a 40 anos, bem como o Bolsa-Trabalho. O presidente da central sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, disse que a Força não poderia "carregar o piano sozinho" para que outros faturassem politicamente.

"É uma justificativa pouco louvável e basta olhar o estado deplorável da cidade. Ele teria de colocar em primeiro lugar o interesse público e não ficar pensando em quem pode faturar ou não politicamente", falou Sayad.

Para se ter uma idéia das condições em que se encontra a prefeitura da capital paulistana, o secretário da Saúde da Prefeitura de São Paulo, o petista Eduardo Jorge, vai precisar de um prazo para repor o estoque de medicamentos de sua área. Mais da metade do estoque está em falta. Jorge disse que o custo para a reposição será de R\$ 18 milhões.

A lista de carência é significativa. Cerca de 56% dos medicamentos, o que inclui de analgésicos a antibióticos, estão em falta. A metade do material hospitalar também está em falta e o mesmo acontece com 78% do material odontológico.

Equilíbrio fiscal

O prefeito de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, o petista Antonio Palocci anunciou um pacote de ações para conseguir o equilíbrio fiscal. O maior desafio do novo prefeito é enfrentar a dívida deixada pela antiga administração municipal de R\$ 30,2 milhões. Já o déficit financeiro previsto para este ano é de R\$ 60 milhões, totalizando um desequilíbrio financeiro de R\$ 90 milhões.

Palocci anunciou um pacote de ações que inclui um financiamento junto ao BNDES para informatização e equipamento da Administração Tributária e o aumento da arrecadação em 15%. Para conseguir esse aumento a prefeitura investirá na cobrança da dívida ativa estimada em R\$ 115 milhões e na agilização dos 60 mil

processos que se encontram na Procuradoria Geral do Município.

Também será feito um acompanhamento mensal dos pagamentos e da cobrança do IPTU, além da cobrança do ISS dos inadimplentes, inclusive dos bancos. A dívida consolidada dos bancos com o município é de cerca de R\$ 19 milhões. Palocci também pretende reduzir as despesas em 10%. Para isso está realizando o contingenciamento de 121 cargos em comissão de livre nomeação na administração direta e 50 cargos na administração indireta.

Irregularidades em Diadema

O prefeito petista de Diadema (SP), José de Filippi Júnior, divulgou as irregularidades que encontrou na prefeitura. Entre os itens mencionados pelo prefeito está o sucateamento da frota municipal, o desaparecimento de equipamentos e a folha de pagamento com valores acima do permitido pela lei.

Segundo informações da assessoria, ao deixar a prefeitura em 1996 para Gilson Menezes (PSB), Filippi mantém "um computador em cada mesa". Quatro anos depois, o petista precisará da ajuda da polícia para descobrir onde foram parar os equipamentos.

Como Filippi não fez a transição de governo por obstrução de Menezes, o levantamento dos novos secretários só pôde ser feito neste começo de ano.

A situação de Campinas (SP) não é diferente. O prefeito Antônio da Costa Santos (PT), o Toninho, decidiu realizar uma auditoria para descobrir a origem da dívida do município paulista. Campinas tem uma dívida de R\$ 1,3 bilhão, composta por débitos bancários, dívidas correntes e Letras Financeiras do Tesouro Municipal.

Auditoria também foi a alternativa encontrada pelo prefeito petista de Santa Maria (RS), Antônio de Oliveira, que reuniu-se com o Tribunal de Contas do Estado para pedir pericia nas finanças municipais. "Ainda não sabemos qual a dimensão das consequências da Lei de Responsabilidade Fiscal para nossa administração", declara o petista, ressaltando que dívida da cidade deve girar em torno de R\$ 20 mi.

A estimativa de arrecadação do município, de cerca de 240 mil habitantes, é de R\$ 102 mi, mas a arrecadação obtida em 2000 foi de R\$ 82 mi. "Estamos buscando as condições para nos adequar à LRF, criando mecanismos de controle interno. Mas somente com a auditoria teremos condições de saber a dimensão da precariedade, dos desmandos e da desorganização que a gestão anterior deixou".

O novo prefeito informou que está pagando o salário de novembro dos servidores municipais e de dezembro do pessoal da saúde, "para motivar e aumentar a auto-estima".

Outra medida "carregada de simbolismo" para a cidade foi o mutirão da limpeza, que reuniu cerca de 100 pessoas. A cidade



estava com serviços de limpeza interrompidos por falta de pagamento.

Rigor com sonegadores

Em Goiânia, o prefeito petista Pedro Wilson garantiu ser rigoroso com a cobrança de impostos, principalmente em relação aos sonegadores e devedores. O prefeito prometeu também resolver a pendência dos moradores que pagaram o IPTU majorado no ano passado, cuja definição está na Justiça.

Pedro Wilson disse que vai estudar a forma de devolução da diferença paga a mais por muitos contribuintes, que poderá ser em desconto do tributo cobrado este ano ou mesmo devolvido em espécie. Por outro lado, o novo prefeito garantiu que vai ser duro com os sonegadores e devedores.

O petista vai propor aos prefeitos dos municípios vizinhos a realização de um seminário para discutir problemas comuns e possíveis soluções para a região. A intenção do petista é viabilizar o encontro em fevereiro. Antes ele quer conversar com cada um dos prefeitos para apresentar a idéia, que contempla a participação também de vereadores e representantes da sociedade civil de todas essas cidades.

Sem comunicação

Em algumas cidades não está havendo possibilidade de comunicação, como foi o caso de Itabuna (BA). Não conseguimos entrevistar o prefeito Geraldo Simões sobre o início de sua gestão pois a prefeitura está incomunicável, devido ao corte das linhas telefônicas por falta de pagamento da gestão anterior.

Simões encontrou a prefeitura em situação calamitosa, pois vários outros prestadores de serviço e fornecedores também estão sem

pagamento. Outro exemplo de corte que inviabiliza o trabalho administrativo está nas empresas prestadoras de serviços de informática.

Segundo petistas ligados ao diretório municipal, o prefeito deve trabalhar em condições precárias por mais alguns dias.

Sucateamento

O prefeito de Dendápolis (MS), o petista Luiz Ferreira Viana ficou espantado com a situação em que encontrou a prefeitura. Além de situações emergenciais a serem resolvidas, como a do Hospital Municipal, parado pela falta de médicos e o lixo não recolhido há mais de 20 dias, o novo prefeito descobriu que o funcionalismo público está, em média, com quatro salários atrasados.

As primeiras ações do novo prefeito foram as de implementar uma auditoria nas contas públicas, colocar à disposição da população duas ambulâncias para remoção dos pacientes a outras cidades, providenciar a contratação urgente de médicos e convocar todos os segmentos da sociedade para um "mutirão" para limpar a cidade.

O PT Notícias, em suas próximas edições, continuará publicando matérias sobre as administrações petistas.

LRF

Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal

Muitos dos princípios normatizados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) são louváveis e são apoiados pelo PT. Gastos desmedidos, falta de controle social, contratações sem critério, dívidas exorbitantes etc. – estas são práticas que o PT reprova e que são de fato coibidas na LRF.

O PT defende a austeridade, a moralidade e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Aliás, o partido introduziu esse discurso na política brasileira nos últimos vinte anos, destacando-se nas tarefas de fiscalização e denúncia de irregularidades.

A Lei de Responsabilidade Fiscal facilita ao extremo o pagamento da dívida pública interna e externa e engessa a ação governamental no que tange ao pagamento da dívida social. A LRF estabelece que, se o governo não cumprir as metas de resultado primário, terá que executar cortes, exceto os destinados ao pagamento do serviço da dívida. E mais, não há limites com as despesas destinadas ao serviço da dívida. Se houver uma queda de arrecadação, por motivos quaisquer, a LRF determina que se cortem os gastos com pessoal de saúde e educação, por exemplo, mas se mantenha o pagamento da dívida.

Assim, o objetivo maior da Lei é gerar superávits primários e usá-los para pagar os juros e encargos das dívidas públicas. Ou melhor: pagar somente uma parcela deles porque eles são de tal monta, no caso da União, que o resto tem que ser pago com novas dívidas. Por isso, a Lei sinaliza aos investidores/credores para continuarem aceitando títulos públicos, já que o governo está "fazendo sua parte": visa, como quase tudo o que faz o governo FHC, "melhorar as expectativas dos agentes econômicos". O preço é cortar tudo o resto: investimento, pessoal, previdência, gastos sociais etc. Como resultado, o governo de FHC tem reduzido os investimentos na área social, penalizando a população. Exemplo disso é o descaso do governo com a atualização dos valores a serem repassados ao Fundef, fazendo com que municípios como o Recife sejam penalizados.

Para se ter uma idéia do que isso representa, na proposta orçamentária para 2001, o governo FHC contempla a área do desenvolvimento social com apenas R\$ 42,3 bilhões enquanto o pagamento dos juros da dívida deverá chegar a R\$93 bilhões. A amortização e pagamento dos juros da dívida representam mais de 60% do orçamento da União.

A LRF não tem preocupação em averiguar o resultado social do emprego dos recursos públicos, que tipo de impacto eles têm em educação, saúde, desenvolvimento regional etc. Nada se fala sobre metas, avaliações, relatórios ou punições relativas a este aspecto.

A Lei é perversa porque exige dos municípios o aumento da receita própria em um contexto de enorme elevação da carga tributária da União. O governo federal instituiu a CPMF, elevou as alíquotas de diversas contribuições, congelou a tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física. Assim, a capacidade dos municípios de aumentar suas receitas próprias está fortemente limitada. Além do mais, para a LRF, aumento permanente da receita é entendido unicamente como elevação de alíquotas de tributos municipais, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, não se levando em conta para esse efeito o aumento da arrecadação baseado na maior eficiência e eficácia da ação fiscal. A LRF, portanto, protege o Governo Federal e penaliza os municípios.

Como se vê, a LRF é incompleta, privilegia a transferência de recursos para o sistema financeiro em detrimento dos investimentos sociais, contribui para aumentar a concentração da renda e deteriorar o padrão de vida da nossa população.

O PT luta por uma Lei de Responsabilidade Fiscal e Social. Nós vamos construí-la.

João Paulo é prefeito da cidade do Recife

Sucessor do PT é mais fácil

As duas capitais onde o PT poderá dar continuidade ao modo petista de governar são Porto Alegre (RS) – quarto mandato petista consecutivo – e Belém (PA). E aí a situação é bem diferente. A casa está em ordem, projetos em andamento, participação popular a todo vapor.

O prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, anunciou 38 medidas para enfrentar a pobreza e promover o desenvolvimento tecnológico da cidade. As medidas estão relacionadas aos três eixos definidos como prioritários para a ação do governo municipal: a luta contra a pobreza absoluta, que inclui programas de renda mínima e assistência aos menores de rua, o desenvolvimento da tecnologia e a "radicalização da democracia", com foco sobre o Orçamento Participativo (OP) e a política de segurança.

Na semana passada, em reunião do conselho do OP, Tarso Genro adiantou que o OP poderá contar com meios eletrônicos na tarefa de definir o destino dos recursos municipais.

O combate à pobreza também envolve a geração de empregos, com a criação de cerca de 500 vagas em frentes de trabalho.

Zerar o déficit educacional de Belém é meta do segundo mandato do prefeito petista Edmilson Rodrigues. Para isso, a Prefeitura de Belém realizou a Chamada Escolar, quando foram cadastradas crianças e adolescentes que não conseguiram vagas nas escolas públicas para este ano letivo. A prefeitura estima que 15 mil crianças e adolescentes estão fora da escola em Belém, apesar do aumento de vagas na rede municipal.

A rede municipal de ensino saltou de 62.530 alunos em 1996 para 80.027 em 2000. No primeiro mandato petista, dezenove unidades educacionais foram construídas, reconstruídas ou reformadas. Isso sem contar dezenas de anexos, entre os quais o da Aldeia Cabana de Cultura Amazônica, com quatro salas de aula.

NOTAS

Dicas e Sugestões para começar a governar

No site do PT (www.pt.org.br) o militante internauta poderá acessar vários serviços. Entre eles, na página da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (Sna), estão disponíveis diversos textos e artigos abordando as maneiras de iniciar os novos governos, o guia de orientação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, o modo petista de governar transportes.

O Município Passo a Passo

Material desenvolvido pela SNAI, pelo INAPP (Instituto de Políticas Públicas) e pelo IFG (Instituto de Formação e Gestão)

Lei de Responsabilidade Fiscal: Guia de Orientação para as Prefeituras
Autor: Amir Antônio Khair

O Moço Petista de Governar Transportes
Setorial de Transportes do PT - Autores: Marcos Ricalho, Renato Boareto, Roberto Moreira
Texto que serve de contribuição para programas de governo.

Movimento Negro lança site

Já está no ar a página Rede Nova Abolicionista. O site traz, entre outros, cadastro das organizações do Movimento Negro, indicadores sócio-econômicos da população afro-descendente, fórum de debates e sala de bate-papo. A página está concorrendo ao prêmio Ibest, um dos mais prestigiados da internet brasileira. Para votar é preciso se cadastrar.
www.fase.org.br/novaaboliconista



A grande vitória do PT nas eleições

Sai nova edição da revista Teoria e Debate

A nova edição da revista Teoria e Debate, publicação da Fundação Perseu Abramo, tem como destaque a vitória do PT nas eleições municipais do ano 2000. Sobre o tema escrevem o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu, Jorge Almeida, Gilberto Carvalho, Flávio Koutzi e Gustavo Venturi. Há também a entrevista com o filósofo da ciência Hugh Lacey e uma matéria sobre a dívida externa do 3o. vice-presidente do PT, Valter Pomar. O músico Mano Brown é outro entrevistado da revista. Para assinar a revista Teoria e Debate, basta entrar em contato com a Fundação Perseu Abramo pelo endereço www.fpabramo.org.br ou pelo telefone (0xx11) 5571-4299.



2ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE

De 3 a 10 de fevereiro, a União Nacional dos Estudantes promoverá na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) uma exposição do que há de mais expressivo da cultura universitária. O objetivo é a criação de um circuito nacional e alternativo cultural ligado ao movimento estudantil. O evento reunirá trabalhos vindos de diversos Estados brasileiros. Mais informações no site da UNE www.une.org.br/bienal

Plenária nacional do Plebiscito da Dívida Externa

Nos dias 19 e 20 de março, em São Paulo, ocorrerá uma plenária que discutirá a continuidade da campanha do Plebiscito da Dívida Externa. A proposta é reunir coordenadores e representantes do plebiscito nos Estados, a fim de definir estratégias para a reivindicação de uma auditoria pública da dívida e, ainda, propor a abertura de uma auditoria independente. Mais informações www.jubileu2000.org.br



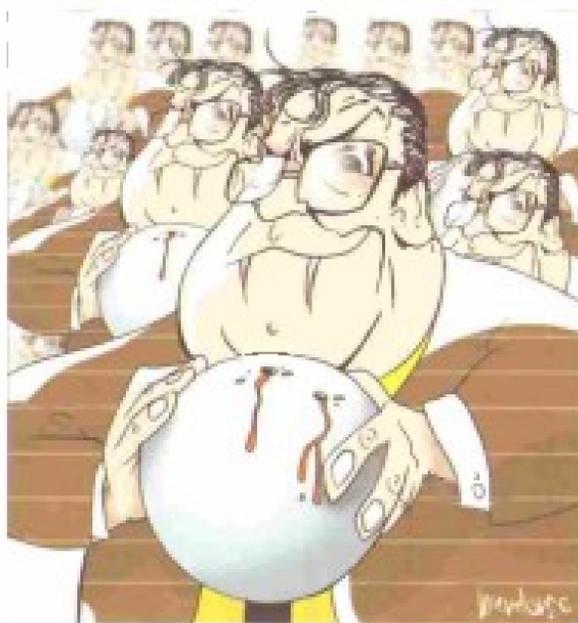
Correio da Cidadania traz perspectivas para 2001

A edição eletrônica do Correio da Cidadania traz em seu primeiro número deste ano, uma edição com análises e projeções de seus colunistas e colaboradores sobre o que nos espera pela frente. Nesta semana, traz textos sobre o Fórum Social Mundial, resultados das eleições municipais, 2001 segundo Emir Sader, desafios da esquerda para este ano na visão de Wladimir Pomar, e os rumos da economia brasileira, por Jurandy Negrão, as lutas populares em 2001, em artigo de Fábio Luis, além de textos de Newton Carlos e Frei Betto. Basta acessar: www.correiodacidade.com.br

EURICOS Mirandas nas JOGADAS da Vida

Única modalidade onde o pior pode sair vencedor, o futebol pode ser comparado ainda à política. Ou melhor à politicagem. A CBF, as federações estaduais inspiram-se nas mazelas do Planalto – ou é o contrário? – para deturpar e tentar destruir a maior paixão esportiva do brasileiro. Ainda entra em campo o Clube dos 13, notório em fazer gol de mão quando se trata de defender interesses próprios. Sabe por quê Clube dos 13? Nada a ver com o PT, felizmente, e sim em razão de congregar os 20 maiores clubes do Brasil. E depois ainda contam piadas lusitanas.

Quando o pior time vence em campo por jogar na retranca, por fazer cacimba, por ver o adversário acertar só bola na trave ou quando a pelota morre nas mãos do goleiro "rabudo", vá lá. Duro é ter que engolir as falcatruas de homens públicos, como Eduardo Jorge Caldas, e cartolas do estilo Eurico Miranda, presidente eleito do Vasco da Gama. O que pensar de um parlamentar que alardeia não ter contas a prestar com o povo brasileiro, pois é apenas e tão somente deputado federal do Vasco da Gama? As últimas "jogadas" para colocar o time do São Caetano de escanteio depois da tragédia de São Januário saíram todas dos pés, das mãos e da cabeça deste Lalau do futebol.



Por falar no juiz do TRI e mantendo a comparação entre a "administração" do futebol e a pública, não dá para esquecer de Eduardo Jorge Caldas, braço direito de Fernando Henrique Cardoso, que jogou no time de Lalau e depois teve o nome arrancado da súmula. Não sai também da memória a compra de votos para reeleição de FHC. Tudo muito parecido com o que fazem com o futebol. A modalidade pode ser diferente, mas a tática é a mesma.

A imprensa, tanto a política como a esportiva, compactua com as irregularidades. Um ou outro denuncia, mas a maioria, quando não veste a camisa, silencia. A Rede Globo tenta colocar os pés em duas canoas, mas "vende" o futebol brasileiro como o maior espetáculo da terra, tendo como porta-voz o meloso

Galvão Bueno. Neste momento, a emissora omite as mazelas de fora de campo e alardeia o futebol bailarino, a graça, a leveza de nossos craques. Na hora que a casa cai (como no caso de São Januário), a toda poderosa dá as costas à cumplicidade e torna-se o arauto do "jornalismo verdade". Na Copa João Havelange, a posição hipócrita da Globo foi flagrante. Durante o torneio, ninguém questionou os desmandos do Clube dos 13, mas com a queda do alambrado do estádio vascaíno, Galvão Bueno desfiou críticas como se a emissora não tivesse negociado a exclusividade para transmissão e, portanto, compactuado com o malfadado campeonato.

E o jogador? Como fica nesta história toda? Fica

como sempre ficou: como marionete nas mãos dos cartolas, dos empresários, dos procuradores... A prova disso é que nunca questionaram a aberração de jogar dentro de um período de 48 horas (o que é proibido pelas leis esportivas). Nunca antes de Eurico Miranda mandá-los, via Sindicato dos Atletas do Rio de Janeiro, entrar com pedido junto ao STJD (Supremo Tribunal de Justiça Desportiva) para não jogar contra o Cruzeiro pela Mercosul dentro deste intervalo. Ou seja: só procuraram seus direitos quando o patrão entendeu conveniente. Sem contar a patética volta olímpica dos atletas vascaínos que disputaram o gramado de São Januário com macas e ambulâncias.

Quem perde neste jogo de interesses, onde proliferam cartolas e homens públicos irresponsáveis, imprensa cor-de-rosa, jogadores submissos, é a população. O povão que paga impostos, que sofre nas filas das bilheterias, com risco de violência e desastres, é que fica à margem do gramado. Justamente em razão do cidadão ficar alheio, com direito de grito, mas sem entender que é fundamental para o jogo, é que os sanguessugas sentem-se autorizados para peitar, driblar as leis e chutar para todos os lados.

Washington Luiz de Araújo é jornalista

INFORMÁTICA INFORMÁTICA INFORMÁTICA

uma LEI que nos SIRVA

O debate sobre uma nova lei de informática para o país passa pela pergunta: por que é importante a aprovação da prorrogação dos benefícios fiscais na lei de informática?

Em primeiro lugar, porque se o país não adotasse este procedimento se tornaria pouco atrativo para os investimentos das companhias, especialmente estrangeiras, em relação às políticas adotadas pelos outros países – poderia vir o país a perder reinvestimentos ou deixar de receber novos empreendimentos de companhias ainda não instaladas aqui. Os países desenvolvidos, por exemplo, se utilizam desses mecanismos como forma de manterem em seus territórios os investimentos das companhias mundiais de informática, os quais trazem consigo não só os últimos desenvolvimentos tecnológicos, como também a formação de recursos humanos.

Em segundo lugar, porque as empresas brasileiras podem ganhar

mais um impulso para competirem em determinados nichos de produtos com os respectivos similares de empresas estrangeiras.

Em terceiro lugar, porque é um incentivo fiscal que não é dado sem receber nada em troca. Diferentemente de outros, ele requer que as empresas beneficiadas invistam em ciência e tecnologia parcela (5%) do faturamento bruto. Vale lembrar que a falta de incentivos ao setor significa a perda de R\$ 50 milhões que poderiam ser investidos em pesquisa no país.

A atuação do PT na Câmara foi fundamental para que a matéria recebesse um tratamento mais condizente com a realidade regional brasileira. Conseguimos aprimorar o projeto de lei em vários itens. A concessão diferenciada do benefício fiscal por regiões foi um dos avanços conseguidos: obteve-se a introdução da região Centro Oeste, juntamente com o Nordeste e o Norte, como áreas de maior amplitude e de prazos mais dilatados do incentivo fiscal, o que não ocorre com a lei vigente. Assim, a isenção total do imposto sobre Produtos Industrializados passa a ser

substituída pela redução gradual da alíquota, de 1º de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009, quando será extinto.

Os demais avanços significativos, que contaram com a participação direta do PT, foram:

a) se a empresa não conseguir aplicar anualmente os 5% do faturamento bruto em atividades de P&D no país, habilitando-se, portanto, ao recebimento do benefício fiscal, o que faltar para atingir aquele limite deverá ser aplicado, com valor atualizado e acrescido de mais 12%, no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - administrado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia;

b) dos 5% do faturamento bruto que credenciam as empresas para obtenção do benefício fiscal, (a) pela lei vigente 3% devem ser por elas aplicados onde querem e 2% devem ser destinados para convênios com centros ou institutos de pesquisas ou entidades de ensino, oficiais ou reconhecidas, (b) pelo projeto de lei, os percentuais

passam para 2,7% e 2,3% respectivamente, o que beneficia mais os recursos direcionados para fora das atividades das empresas;

c) dos recursos direcionados pelas empresas para fora de suas atividades, destinou-se 1,0% do total para ser aplicado nos convênios, 0,5% do total para ser aplicado trimestralmente no FNDCT, e 0,8% para ser aplicado em projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - deste último percentual pelo menos 30% serão aplicados em estabelecimentos públicos de pesquisa ou ensino;

d) o PT propôs a inclusão de um representante dos trabalhadores no comitê proposto no projeto de lei, que vai gerir os recursos da área de C&T no FNDCT, além dos representantes do governo, das empresas e dos institutos de pesquisa do setor, o que acabou se conseguindo com a inclusão de um representante das instituições de ensino superior.

Walter Pinheiro é deputado federal (PT-BA) e vice-líder do Partido na Câmara dos Deputados

Cupom de ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques, noticiais do Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores

Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
São Paulo-SP - C/C nº 123456-0 (tenha certeza do comprovante)
Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado ao PT: Sim Não

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP CEP 01010-000
Tel: (0xx11) 233-1326 Fax: (0xx11) 233-1349